



FONTE: AGENCIA DE NOTÍCIAS DO GRUPO FOLHA

## **Arlindo de Almeida**

*PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MEDICINA DE GRUPO*

# “O governo pode ser mais efetivo por meio de parcerias”

*Entidades privadas de saúde propõem à presidente Dilma Rousseff a formação de Parceria Público-Privada para ampliar o acesso da população brasileira ao atendimento assistencial*

“A saúde pública brasileira é referência internacional em muitas áreas e quando se trata de alta tecnologia nada deixa a desejar em vários setores. Na área de transplantes, por exemplo, seja de coração, rim, fígado e pulmão, apenas para citar apenas algumas coberturas, dificilmente se encontrará algum paciente que não esteja completamente satisfeito com os resultados alcançados. As pessoas que têm acesso, que conseguem entrar no SUS (Sistema Único de Saúde) e têm a oportunidade de serem atendidas nos hospitais universitários, que são centros de excelência, ou em hospitais públicos de ponta, geralmente, não têm queixas do Sistema. Mas há deficiências no atendimento nas portas de entrada. O primeiro acesso demora e, às vezes, infelizmente, muitas pessoas nem conseguem entrar no Sistema.

Vários representantes de organizações da iniciativa privada de saúde, incluindo da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), tiveram uma reunião com a presidenta Dilma Rousseff, pouco antes de assumir a Presidência, e expuseram quanto o setor privado pode contribuir com o governo federal para ampliar o

acesso da população brasileira aos serviços assistenciais de saúde. Não trata-se apenas dos associados aos planos e seguros de saúde, mas da população de uma maneira geral. O ideal seria a formação de uma Parceria Público-Privada (PPP) inteligente, a exemplo do que tem feito alguns governos estaduais, ou seja: as empresas atuariam na área que têm mais expertise e o governo continuaria nos setores no qual ele é melhor.

O setor privado é mais dinâmico, em comparação ao atendimento público, no acesso às consultas e aos exames de diagnóstico e nas áreas de pequena e média complexidade, por exemplo, que são os primeiros passos para a entrada em qualquer sistema. Ele é mais ágil pela sua organização gerencial, onde o setor público está mais engessado. Com isso, é mais eficaz e eficiente. O SUS é baseado em um atendimento no âmbito municipal, muito dependente dos sistemas políticos locais, o que dificulta consideravelmente o gerenciamento, que deveria ser independente. Tem prefeituras com atendimento excepcional, que contribuem de maneira efetiva com o Sistema, inclusive em recursos econômicos. Mas, outras, não.

No sistema privado, há maior agilidade para compras e a contratação de pessoal é mais simples. No público, é preciso fazer concurso para ampliar o quadro de pessoal e licitações para adquirir qualquer insumo, o que demanda muito tempo. Além disso, a iniciativa privada tem uma capacidade instalada muito grande e, se for formada uma parceria com o governo, têm condições de se preparar rapidamente para elevar o número de funcionários e unidades, se necessário, a fim de ampliar sua estrutura para o aumento na demanda por assistência.

É evidente que o governo seria o principal dono das decisões. Ele tem a prioridade a respeito dos caminhos que deve seguir a saúde da população, mas não precisa ser o 'fazedor' e sim o 'garantidor'. A Constituição diz que o governo deve garantir as condições para que a saúde seja acessível a toda população. O que quer dizer que não precisa ser necessariamente o agente que faz. O governo pode ser mais efetivo por meio de parcerias com a iniciativa privada.

Para viabilizar essa PPP, necessariamente, seria preciso um acordo financeiro também inteligente. Não pode ser: 'você faz e eu vou ver se pago'. Hoje, os recursos repassados pelo SUS à rede conveniada são insuficientes para cobrir os custos. As santas casas, por exemplo, que

destinam 60% dos serviços ao SUS, financiam um terço dos gastos que têm com o Sistema. A remuneração atual é uma afronta e os hospitais que dependem do governo estão praticamente falidos.”